



**CONTABILIDADE DE CUSTOS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DA
CONTRIBUIÇÃO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL**

***COST ACCOUNTING: A BIBLIOGRAPHIC STUDY ON THE CONTRIBUTION TO
THE SMALL RURAL PRODUCER***

FRANCINETE RODRIGUES BATISTA¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA-GO.

ANDERSON CARLOS DA SILVA²

Professor do Curso de Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA-GO.

1

Graduanda do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: rbfrancinete@gmail.com

2

Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: andersoncarloslinea@hotmail.com

RESUMO

Tendo como visão o grau de participação do pequeno produtor rural no PIB brasileiro, este artigo torna-se relevante ao entender a necessidade da implantação da contabilidade de custos em propriedades de pequeno porte. Pois as vantagens proporcionadas por essa ciência, juntamente, com a contabilidade gerencial, fomentaria o sucesso das pequenas empresas rurais, e impactaria positivamente na economia brasileira. Portanto, a proposta desse artigo é apontar as contribuições da utilização da contabilidade de custos para o pequeno empresário rural. Para isto foi realizado um estudo bibliográfico, com autores renomados da contabilidade de custos, rural e gerencial, em conjunto com leis. No entanto, apesar de necessário, ainda encontramos inúmeros obstáculos que impedem a alavancagem das atividades operacionais dessas entidades. Dentre essas barreiras, a falta de conhecimento acadêmico é a mais maléfica, pois impede que produtor coloque em prática as ferramentas oferecidas pela contabilidade custos, mesmo sabendo da importância e retorno oferecidos por essa ciência.

Palavras-chave: Contabilidade de custos. Pequeno produtor rural. Agronegócio.

Abstract

Considering the degree of participation of small farmers in the Brazilian GDP, this article becomes relevant when understanding the need to implement cost accounting in small properties. For the advantages provided by this science, together with management accounting, would foster the success of small rural enterprises, and positively impact the Brazilian economy. Therefore, the purpose of this article is to point out the contributions of the use of cost accounting to the small rural entrepreneur. For this, a bibliographical study was carried out, with renowned authors of rural and managerial cost accounting, together with laws. However, although necessary, we still encounter numerous obstacles that prevent the leverage of the operating activities of these entities. Among these barriers, the lack of academic knowledge is the most harmful, because it prevents producers from putting into practice the tools offered by cost accounting, even knowing the importance and return offered by this science

Key Words: Cost accounting. Small farmer. Agribusiness.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil desde o descobrimento do país é a principal geração de riquezas e de empregos da nação. Paralelamente a explosão das revoluções indústrias, o setor não deixou de evoluir tanto em vista, o surgimento das agroindústrias, as quais impulsionaram o desenvolvimento do processamento e distribuição dos insumos agropecuários. Consequente a isso, o agronegócio apresentou uma participação de 21,1% na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de acordo com a CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia (2018).

O Brasil é conhecido por sua grandiosa extensão, terras férteis e climas propícios à agricultura e pecuária, possibilitando assim que pequenos produtores rurais possam desfrutar dessas características do território brasileiro. De acordo com o censo agropecuário de 2017, são 5.073.324 milhões de propriedades rurais, sendo que 50% possuem terras com menos de 10 hectares (ha). (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Economia, 2017)

No entanto, esses empresários rurais, muitos com estudo limitado, não conhecem os facilitadores e recursos benéficos que a contabilidade de custos poderia trazer para seu negócio. Posto isso, Callado (2011) afirma que o rigor com que os custos devem ser tratados e o rateio a ser feito, são dificuldades encontradas pelos produtores.

Em virtude da falta de relacionamento do pequeno produtor rural com a contabilidade de custos, a problemática baseia-se no questionamento: **Qual a contribuição da contabilidade de custos para pequeno produtor rural brasileiro?**

O objetivo geral é apresentar formas de introduzir a contabilidade de custos nas propriedades dos pequenos produtores rurais brasileiros. E os objetivos específicos serão: (a) identificar as contribuições da contabilidade de custos para o pequeno produtor rural; (b) apresentar a contabilidade de custos aliada à contabilidade gerencial; (c) evidenciar o custo x benefício da utilização da contabilidade de custos.

As hipóteses estão relacionadas a redução de gastos desnecessários, medição da rentabilidade e despesas do período, e tomada de decisões assertivas frente a crises.

Considerando a estrutura econômica brasileira e analisando os fatores influenciadores do Produto Interno Bruto - PIB, verifica-se o valor que o pequeno

produtor rural agrega na economia brasileira. Sendo assim, o tema justifica-se pela relevância que o pequeno produtor rural possui na geração de riqueza para o país, e juntamente a isso a importância da agregação da contabilidade de custos para esse notável empresário rural. Conseqüentemente, ao utilizar corretamente a aplicabilidade da contabilidade, Crepaldi (2012), sugere inúmeros benefícios, dentre os quais estão: o melhoramento do processo produtivo, o aumento da rentabilidade, a harmonização das atividades rurais desenvolvidas e a melhor utilização dos recursos disponíveis.

2. DESENVOLVIMENTO

Histórico da Contabilidade de Custos

Para o entendimento de um tema, faz-se necessário compreender a história e as evoluções acontecidas, no caso, com a contabilidade de custos. Crepaldi (2010) explica que a contabilidade de custos surgiu da contabilidade geral, pela necessidade de controlar e avaliar os produtos nas indústrias.

Do mesmo modo, Marim e Santos (2015) evidencia a Revolução Industrial como incentivo para o nascimento da contabilidade de custos, visto que, com a propagação das indústrias manifestou-se a necessidade de mensurar o custo do produto industrializado.

Sendo assim, a indústria conduziu a contabilidade gerencial, em que era realizado apenas um simples controle patrimonial, para a contabilidade de custos, a qual solucionava a dificuldade de estabelecer preço ao produto industrializado.

Para Santos (2011) a apuração de custos ganhou relevância no início do Capitalismo, quando os comerciantes precisaram de ferramentas para controlar as vendas dos seus produtos, e o crescimento do seu negócio. Dessa forma, a contabilidade de custos surgiu e ganhou destaque ao auxiliar os seus usuários, tanto na formação de preço quanto na avaliação de expansão dos empreendimentos.

Conceito da Contabilidade de Custos

De maneira simplificada Martins (2010) refere-se à contabilidade de custos como sendo “apenas os bens e serviços utilizados na produção de outros bens e serviços”.

Assim sendo, mesmo que a terminologia utilizada nesse ramo da contabilidade se diferencie entre as empresas, a contabilidade de custos é inicialmente entendida como gasto realizado para se produzir.

Muitos autores consagrados conceituam a contabilidade de custos como um sistema, demonstrando assim a complexidade e seriedade para a mensuração e avaliação do custo em uma empresa. Em vista disso, SCHMIDT et.al, (2006, p13) considera a contabilidade de custos:

[...] como um sistema cujo objetivo é proporcionar á administração da empresa o registro do custo dos produtos, a avaliação dos estoques que geralmente representam um valo material em relação ao total do ativo, de como proporcionar a análise do desempenho da empresa.

Segundo Crepaldi (2010, p.2), além de identificar os custos dos produtos e serviços, a contabilidade de custos “tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração para a tomada de decisão”.

Posto isto, é visível o poder de influência dessa ciência sobre as entidades, devido as inúmeras funções desempenhadas pela mesma. Além disso, o nível de atenção dado a essa parte da contabilidade, definirá o crescimento, ou não, da empresa.

Vantagens da Contabilidade de Custos

De acordo com, Santos, Marion e Segatti (2009) a utilização da contabilidade de custos nas empresas trazem algumas vantagens, tais como: orientação aos órgãos públicos para a fixação de benefícios; apuração correta dos estoques; auxiliar a administração no controle da produção, e dar base consistente para projeções e planejamentos.

Evidencia-se assim, as utilidades que a adequada contabilização dos custos proporciona aos gestores, possibilitando decisões mais assertivas.

Ademais, Santos (2011) evidencia a interferência da contabilidade de custos na concorrência acirrada no mercado de trabalho.

Portanto, quanto mais confiável e precisa for a contabilização dos custos, melhores serão as decisões tomadas pelos administradores, e conseqüentemente, a empresa estará à frente das concorrentes.

Para Guerra Leone e George Leone (2010), em cada nível gerencial da empresa a contabilidade de custos terá um objetivo distinto, para que assim, a

mesma atenda todos os usuários.

Portanto, todos os setores da organização necessitarão de uma informação fornecida pela contabilidade de custos. Porém, a maioria está interligada com determinação de rentabilidade, comparações de despesas e receitas entre períodos, planejamento, tomadas de decisões e redução de gastos.

Contabilidade Rural e sua Finalidade

Para Crepaldi (2012), a Contabilidade Rural resumidamente trata-se de uma ciência empregada para reportar as transações de uma empresa rural em termos monetários. Por consequência, esse ramo da contabilidade irá apontar ao gestor informações quanto a retorno de investimentos, a contratação de seguros e arrendamentos, a separação entre as despesas da entidade e dos proprietários, de demais dados úteis.

Segundo Marion (2016), a contabilidade aplicada ao ramo do agronegócio recebe o título de Contabilidade Rural, e por meio dela se estada as variações do patrimônio das empresas rurais. Para tanto, além da utilização dos métodos e ferramentas comuns a ciência contábil, surgem-se peculiaridades ao tratarmos de contabilidade rural.

Dentre as diferenças desse ramo para os demais, encontra-se: a diversidade de plantações, as colheitas em exercícios diferentes, os estoques em forma de seres vivos, e a complexidade vivenciada em uma organização rural.

Conceito de Pequeno Produtor Rural

O conceito de produtor rural é bastante amplo, visto que para cada caso há uma definição que se encaixa melhor. Por exemplo, para dispor sobre a utilização da vegetação do bioma Mata Atlântica, o legislador estabeleceu alguns critérios, evidenciados no Art 3º da Lei nº 11. 428, de 22 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006).

Dentre eles, estão: residir em zona rural, deter de posse de terra não superior a 50 hectares e renda bruta, no mínimo de 80 por cento, proveniente de atividades rurais.

Entretanto, para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, são apresentados na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 outros requisitos para caracterizar um pequeno produtor rural. Sendo alguns eles:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Não obstante, Marion (2014) explica, que após alterações em 2003 no Código Civil, o produtor rural que estiver inscrito na junta comercial, deverá ser chamado de “empresário rural”. Apesar disso, apenas a receita bruta fixada pelo Imposto de Renda o determina como pequeno produtor rural, valor que é alterado anualmente.

Para mais o empresário rural poderá optar por explorar atividades pertinentes à agricultura e/ou a pecuária. De acordo com Araújo (2010), a agricultura era alusiva a todas as atividades praticadas no meio rural, das mais habituais até as mais melindrosas. Além disso, em muitos livros ainda encontra-se a denominação do setor primário, como agricultura.

Essa definição do termo era concebida dessa forma devido à auto-suficiência das fazendas antigamente, onde as quais plantavam, colhiam e transformavam seus próprios alimentos e produtos.

Segundo Santos, Marion e Segatti (2009), a utilização do solo para atender as necessidades humanas é denominada agricultura. Visto assim, os conhecimentos aplicados na preparação, fertilização, plantação e colheita de alimentos fazem parte de um processo produtivo, para a obtenção de alimentos necessários a sobrevivência humana.

Para Crepaldi (2012), a agricultura é caracterizada por todas as atividades que exploram a terra em prol da obtenção de produtos para a satisfação das necessidades humanas, desde a plantação de hortas à criação de animais. Dessa forma, essa prática fornece tanto o alimento pronto, tal como verduras e frutas, quanto matéria-prima para fabricação de outras mercadorias, fora do contexto de nutrição.

De acordo com Crepaldi (2012), a atividade da pecuária, geralmente, é associada apenas a criação de gados bovinos. No entanto, ao referir-se a termo “gado”, essa atividade remete a todos os animais que vivem em rebanho, e domesticados. Visto assim, no Brasil a pecuária é uma das atividades base de desenvolvimento do país, e a criação desses seres está subdividida em gado leiteiro e de corte.

De acordo com o último censo agropecuário, divulgado pelo IBGE referente a

2017, a maior quantidade de rebanhos bovinos do Brasil, estão localizados no Mato Grosso, seguido de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O estado de Goiás encontra-se em quarto lugar, com 17.268.103 cabeças de gado bovino.

Agricultura Familiar

Feijó (2011) remete agricultura familiar aos estabelecimentos rurais em que os ocupantes são os responsáveis pela gerência e operacionalização das atividades, sendo que a participação de terceiros não ultrapasse 25% do total de trabalhadores da empresa. Assim sendo, por se tratar de uma empresa familiar, muitas delas optam por formar cooperativas, para que assim a gestão das atividades e a obtenção de lucros sejam alcançadas com maior facilidade.

A agricultura familiar no Brasil é fundamentada através da lei 11.326 de 24 de julho de 2006, na qual estabelece critérios para enquadramento, sendo eles: não deter área maior que quatro módulos fiscais; utilizar majoritariamente mão de obra familiar; possuir percentual mínimo de renda familiar proveniente das atividades exercidas em sua empresa rural, e por fim, ser o próprio gestor de seu empreendimento, juntamente, com sua família.

Portanto, faz-se necessário que o produtor rural esteja sempre atualizado quanto as modificações da lei, e o possível surgimento de decreto para que assim, o mesmo não corra o risco de desenquadrar-se dos critérios mínimos.

Com a publicação do censo agropecuário 2017, nota-se a importante participação da agricultura familiar na economia brasileira. Foi constatado que esse tipo de atividade representa 77% dos estabelecimentos rurais, e contribuiu em 2017 em 23% do total do agronegócio no Brasil. (IBGE, 2017)

Por meio de pesquisas como as realizadas pelo o IBGE, é possível notar a forte presença das atividades que são passadas através de gerações, e que muitas vezes são carentes do alicerce proporcionado pela ciência contábil e administrativa.

Empresa Rural de Pequeno Porte

Crepaldi (2016), a empresa rural é aquele empreendimento no qual obtém-se renda através da exploração de imóveis rurais. Em virtude disso, esse tipo de entidade desenvolve atividades voltadas para o agronegócio, e tem como principal objetivo a busca pelo melhor custo-benefício em relação aos concorrentes, na produção e comercialização de seus produtos.

De acordo com o portal de notícias da Câmara dos Deputados, no ano de 2013, foi analisado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o Projeto de Lei Complementar 103/11. O projeto estabelecia normas para o acesso de créditos, recolhimento de impostos e enquadramento como segurado especial da Previdência Social. Porém, por ter sido indeferido, a pequena empresa rural é amparada pela Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (R4). Na qual estabelece como critério para ser considerado empresa de pequeno porte:

II - ... aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Portanto a organização rural que desenquadrar-se das diretrizes da LC 123/2006, será imediatamente excluída e perderá os benefícios proposto pela mesma, tais como: desburocratização e facilidade de acesso ao mercado.

Classificação do Custos

Para melhor avaliação dos estoques, há classificações responsáveis por ajudar a contabilidade quanto à alocação dos custos aos produtos e serviços pertencentes. Para Silva e Lins (2017), a classificação dos custos dar-se-á por meio de rastreamento, no qual a observação é a principal ferramenta. Através desse processo, os custos serão classificados em: indiretos, diretos, variáveis e fixos.

Para Horngren (1997), os custos diretos estão relacionados ao produto e podem ser facilmente identificados com o mesmo. Dessa maneira, esses custos participam ativamente do processo produtivo da empresa rural, e são facilmente identificados ao produto final. Em modo geral, toda a parte operacional situa-se nesse processo, tanto a mão-de-obra quanto os insumos utilizados para a plantação ou/e manejo do gado.

Segundo Martins (2010), quando é possível apropriar o custo ao produto, por meio de uma medida de consumo, tem-se o custo direto. Assim, a medida utilizada poderá ser representada pela quantidade de matéria-prima, pelos salários dos funcionários da lavoura ou ainda pela quantidade de adubo e gastos com o combustível das máquinas.

Conforme explicação de Horngren (1997), os custos indiretos são difíceis de serem economicamente associados aos seus respectivos objetos, sendo necessário um método de alocação designado rateio. Assim, pela dificuldade encontrada na separação desses custos, cada contador utiliza um denominador para estabelecer o rateio, por exemplo: a depreciação pode ser rateada pelas horas máquinas trabalhadas, e o aluguel dos galpões.

Para Martins (2010), os custos indiretos são alocados através de arbitragem ou estimativa, pois não há medidas objetivas para o mesmo. Simplificadamente, a quantidade de água e energia consumida pelas plantações e criações, são incontestáveis retratos desse tipo de gasto. Em razão de não ser possível quantificar o que cada plantio ou rebanho utilizou.

Segundo Athinkson *et al* (2015), os custos variáveis crescem paralelamente com o nível da atividade. Por exemplo, as comissões de vendas são consideradas custos variáveis, uma vez que o valor irá depender do volume vendido. Enquanto os salários dos veterinários, agrônomos e demais funcionários são custos fixos, pois não são afetados pelo aumento ou diminuição do faturamento.

Schmidt *et al* (2015) define os custos fixos como sendo “aqueles cujo montante independe do nível de atividade da empresa”. O exemplo clássico desse custo são as depreciações das máquinas e equipamentos, pois essa variável é calculada de acordo com a vida útil do bem. Sendo assim, o contador terá que utilizar de uma base subjetiva para determinar o que cada espécie, seja ela animal ou vegetal, gastou naquele determinado período.

Custos Versus Despesa na Contabilidade Rural

A contabilidade custos apesar ter sido inicialmente utilizada para o ramo industrial, passou a ser aplicada também no ambiente rural, para auxiliar na gestão

de custos e estoques. Assim, para Vasconcelos e Garcia (2004) o custo de produção será o total dos desembolsos realizados para obter-se determinada quantidade de produto.

O conceito de custo apresentado por Vasconcelos e Garcia (2004), segue o raciocínio habitualmente utilizado em outras atividades. Sendo assim, para encontrar o custo total da produção agrícola e pecuária, será necessário distinguir os custos das despesas, uma vez que a segunda será debitada diretamente no resultado, e o primeiro será incluído no valor final do produto.

Para Bornia (2002), as despesas caracterizam por não serem identificadas a produção. E, portanto, estão relacionadas a administração geral da empresa. Trazendo para as atividades rurais, podem-se destacar as despesas com telefone, treinamentos, viagens técnicas, assinaturas de revistas e periódicos, entre outras.

Vale ressaltar, que o Conselho Federal De Contabilidade dispõe que as despesas pessoais dos proprietários não estão incluídas nas despesas da organização rural. Fato esse evidenciado no Princípio da Entidade, o qual estabelece que as finanças da propriedade não devem-se misturar com as dos proprietários, tal princípio é definido no Art. 4º da Resolução no 750/93:

...autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Sendo assim, os gastos incorridos para satisfazer as necessidades dos sócios não deverão ser contabilizados como despesas da empresa.

Sistemas de Custeio

Simplificadamente o autor Crepaldi (2018) define os sistemas de custeio como sendo “métodos usados para a apropriação de custos”. Posto isto, é necessário analisar qual sistema atenderá as necessidades da empresa, sendo assim os sistemas de custeio mais utilizados são: o custeio direto ou variável, o custeio por absorção e o custeio ABC.

Segundo Moura (2009), o sistema de custeio direto ou variável é utilizado apenas para fins gerenciais, uma vez que abrange apenas parte do custo incorrido

na produção. Dessa forma, esse sistema considera como custo apenas os custos diretos ou os indiretos.

Ao considerar apenas um custo como parâmetro, o resultado e estoques ficam superestimados causando uma distorção entre o físico e a contabilidade.

Santos (2011), afirma que o custeio por absorção é considerado o método básico para a contabilidade, porém como instrumento gerencial ele é falho. Por consequência, ao considerar todos os custos, estará ponderando também os rateios dos custos indiretos, os quais apesar de lógico podem ocasionar destinações tendenciosas.

Schmidt *et al* (2015), explica que o custeio por absorção é aceito legalmente no Brasil e, predominante em outros países. Porém, ao mesmo tempo em que esse sistema é o mais adequado para a contabilidade custos, torna-se inflexível para fins gerenciais.

Portanto, ao agregar todos os custos diretos e indiretos ao serviço/produto, ocasionará um congelamento do preço de custo do serviço/produto. Dessa forma, em recessões econômicas ou outras situações, esse sistema influenciará negativamente na flexibilidade das tomadas de decisões gerenciais.

Para Moura (2009), o custeio ABC – *Activity-Based Costing* ou custeio baseado em atividades, é a distribuição dos custos indiretos pelas atividades desenvolvidas na organização. Dessa forma, os CIF's – custos indiretos de fabricação são acumulados nas suas respectivas atividades e posteriormente alocados nos produtos. Sendo assim, esse tipo de custeio tem por finalidade dar base para avaliar o quanto cada atividade está consumida e agregando na fabricação do produto final.

Crepaldi (2012), explica que no custeio ABC, as atividades são os direcionadores para o rateio dos custos, principalmente os indiretos. Dessa forma, não utiliza-se arbitragem como em outros sistemas de custeio.

Assim sendo, a atividade faz o intermédio entre os recursos gastos com os produtos finais, indicando o quanto foi gasto no produto. Além disso, após a obtenção das análises é possível reduzir custos e descobrir falhas no sistema produtivo da empresa.

Para Santos (2011), o primeiro passo para a realização do Custeio por Atividades, é correlacionar as atividades da empresa com os produtos, para que então seja realizada a distribuição dos custos indiretos.

Através da utilização desse sistema para análise de custos de uma empresa, é possível investigar quais atividades de pouco aproveitamento na organização, e reduzir custos quanto a ela. E em contrapartida, investir nas atividades fundamentais para a geração de receita.

Papel da Contabilidade Gerencial

Para Garisson *et al* (2013), a contabilidade gerencial está pautada em tomar decisões em tempo hábil, para o desenvolvimento e crescimento da atividade desenvolvida pela empresa.

Assim sendo, esse profissional da contabilidade gerencial é responsável por analisar todas as demonstrações financeiras, e adotar medidas que diminuem as lacunas encontradas na operacionalização da entidade. Além disso, poderá também aprimorar a atividade desenvolvida pela mesma.

Segundo Ludícibus (2013), a contabilidade gerencial trata-se da utilização das técnicas e procedimentos contábeis em uma perspectiva diferente, isto é voltado para a tomada de decisão. Dessa maneira, a contabilidade gerencial serve para evidenciar informações úteis voltadas ao processo decisório da administração da empresa.

Para Atkinson *et al* (2015), a contabilidade gerencial evolui conforme as “necessidades de informação de novas estratégias, à medida que as empresas se tornaram mais complexas, as tecnologias mudaram e novos concorrentes apareceram”.

Por conseguinte, esse ramo da contabilidade torna-se fundamental nas empresas, devido a globalização e a crescente onda tecnológica que influencia a economia e sociedade mundial.

Metodologia

Segundo Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica trata-se de um apanhado de dados que coloca o autor em contato com determinado assunto.

Dessa forma, o escrito terá bases sólidas para defender suas teses, ou ainda confrontar informações transmitidas por fontes anteriores ao seu trabalho.

Ainda conceituando pesquisa bibliográfica, Severino (2013) pontua que o levantamento de registros sobre determinado assunto são importantes contribuições para os pesquisadores.

Sendo assim, para tornarem-se fontes de pesquisas, o autor deve atentar-se para o registro concreto dos documentos e artigos anteriores.

Portanto, a pesquisa trata-se de um processo racional, investigativo e cuidadoso, a fim de formular respostas para determinados problemas.

No entendimento de Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa busca refletir sobre algo, a fim de descobrir verdades parciais.

Compreende-se assim, que a pesquisa não trará respostas exatas nem concretas, e que a mesma é constituída de um longo processo reflexivo e sistemático.

De acordo com Barros e Lehfeld (2010), a metodologia propõe-se em analisar os métodos e as técnicas de pesquisas.

Assim sendo a metodologia trata-se da soma da observação e análise, referente a obtenção de conhecimento.

Para Lakatos e Marconi (2010), o método científico consiste na junção de procedimentos e técnicas, seguras e econômicas, as quais traçam rotas para as decisões dos cientistas.

Visando assim, a racionalidade e a segurança, a metodologia traz consigo respostas para perguntas básicas de tempo, lugar e espaço.

Lakatos e Marconi (2011), explica que a metodologia qualitativa tem função de analisar características profundas dos dados coletados.

Evidenciando assim, a complexidade e sistemática em que essa metodologia está envolvida, uma vez que, busca investigar as qualidades e defeitos do comportamento humano.

Com intuito de caracterizar e descrever a pesquisa qualitativa, Matias-Pereira (2012), refere-se ao termo, como algo que envolve a interpretação de fenômenos e a subjetividade em que o homem está inserido.

Dessa maneira, entende-se que a pesquisa qualitativa poderá apresentar diversas interpretações em relação a um dado, devido a subjetividade dos fatos.

CONCLUSÃO

O presente artigo contribuiu para elucidar o envolvimento do pequeno produtor rural brasileiro com a contabilidade de custos. Visto que esse empresário detém grande valor para a engrenagem financeira do país, igualmente a contabilidade de custos aplicada corretamente irá cooperar para impulsionar o sucesso desse profissional.

Tal sucesso tem como fatores importantes as vantagens da utilização da contabilidade de custos nas pequenas empresas rurais. Visto que, ao ser implantado em tais empresas as mesmas iram amparar a diminuição de gastos desnecessários e auxiliará no controle e planejamento de preço de vendas, provocando a otimização de resultados.

No entanto, mesmo compreendendo a importância da contabilização do custo no agronegócio, o pequeno produtor rural ainda possui inúmeros obstáculos, que o impedem de alavancar seus negócios. Tais travamentos têm como principal influência a falta de estudo, pois mesmo entendendo os benefícios trazidos pela contabilidade de custos, a aplicação dessa ciência ainda é considerada complexa e distante da realidade.

Porém, ao unir a contabilidade de custos com a gerencial, o pequeno empresário rural terá aumento na rentabilidade e diminuição nos custos e despesas. Isso ocorre quando o levantamento de custos da entidade é repassado ao gestor, que se utilizando de informações úteis, e de ferramentas propostas pela contabilidade gerencial, irá analisar e tomar as melhores decisões quanto ao custo de produção.

Apesar do grande desembolso provocado para a implantação de uma contabilidade de custos eficaz e completa, em uma pequena propriedade rural, e o tempo gasto para o funcionamento total da mesma, o retorno será satisfatório e com duração ilimitada, desde que a qualidade da prática aliada a boa gestão seja contínua.

Portanto, o custo x benefício da inserção do planejamento e controle de custos, em uma entidade rural de pequeno porte, é igualitária e recomendada. E além de proporcionar retorno econômico ao proprietário, irá impactar diretamente na

participação que esse produtor possui no PIB brasileiro, uma vez que a diminuição dos gastos o fará investir em sua produção agrícola e pecuária.

Para tanto, o presente trabalho buscou estudar bibliograficamente as contribuições da contabilidade de custos para o pequeno empresário rural, sendo assim, o primeiro passo para o aprofundamento do estudo. Podendo o mesmo ser aplicado em estudos de casos futuros.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony; KAPLAN, Robert; MATSUMURA, Ella; YOUNG; Mark. **Contabilidade Gerencial: Informação para tomada de decisão e execução estratégica**. 4ª edição. Editora Atlas: 2015.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira, LEHFERD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3ª edição. São Paulo. Editora Peradon Prentice Hall, 2010.

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: Aplicação em empresas Modernas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília.

BRASIL. Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências**. Brasília.

BRASIL. Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Brasília.

Câmara dos Deputados < <https://www.camara.leg.br/noticias/416415-agricultura-rejeita-criacao-de-estatuto-da-micro-e-pequena-empresa-rural/> > Acessado em: 30/10/2019.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acessado em: 07/09/2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução Nº 750 de 29 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade**. Brasília.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido; SIMÕES, Guilherme Crepaldi. **Contabilidade de Custos**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. 1ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GARISSON, Ray H.; NOREEN, Eric N.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 14ª edição. Porto Alegre: AMGH, 2013.

HORNGREN, Charles T; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de Custos**. 9ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Economia – IBGE
<https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html> Acessado em: 12/10/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Economia – IBGE
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>> Acessado em: 12/10/2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George S.G.; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Da Pecuária, Imposto De Renda – Pessoa Jurídica**. 14ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Edson Bento Dos; MARIN, Alessandro do Prado. **Contabilidade de Custos**. 2ª edição. Goiás: Kelps, 2015.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e Análise de Custos**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Gilberto José; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sônia. **Administração de Custos na Agropecuária**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHMIDT, Paulo; SANTO, José dos; PINHEIRO, Paulo Roberto; NUNES, Marcelo Santos. **Fundamentos de Contabilidade de Custos: Coleção de Resumos de Contabilidade**. V22. São Paulo: Atlas, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de Custos: Contabilidade, Controle e Análise**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

WERNKE, Rodney. **Gestão de Custos: uma abordagem prática**. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2008.

STARK, José Antônio. **Contabilidade Custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.